



Processo: nº 5.989/2011(f) – (5 volumes e 1 anexo).
Apenso: nº 38.204/2011.
Jurisdicionada: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM.
Assunto: Representação.
Ementa: Representação nº 05/2011-MF. Adoção pelo Distrito Federal de medidas tendentes à urbanização da Quadra 500 do Setor Sudoeste. Decisão nº 766/2011. Cautelar de determinação de sustação de eventuais procedimentos tendentes à ocupação da área e abertura do contraditório ao Governo do Distrito Federal. Decisão nº 3.441/2011. Sobrestamento do julgamento de mérito. Interposição de Recurso de Revisão pela empresa OESTE SUL Empreendimentos Imobiliários S.A. Exame de admissibilidade. Pedido de vista. Voto.
. Apresentação de pedido de desistência do recurso pela empresa OESTE SUL Empreendimentos Imobiliários S.A.
. Remessa dos autos ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA Nº 024/2015 – P/AT

Iniciam-se os autos com a Representação nº 05/2011-MF, por intermédio da qual a então Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Dra. MÁRCIA FARIAS, apontou a adoção de medidas tendentes à urbanização da Quadra 500 do Setor Sudoeste, com possível violação à Lei Orgânica do Distrito Federal e ao Decreto nº 10.829/1987.

Consoante a Decisão nº 766/2011 (fl. 113), esta Corte, cautelarmente, determinou a sustação dos procedimentos visando à ocupação da área em questão, com a abertura do contraditório ao Governo do Distrito Federal.

Em seguida, por intermédio da Decisão nº 3.441/2011 (fl. 387), autorizou o sobrestamento do julgamento de mérito, até o deslinde dos Processos TJDFT 2011.00.2.006507-2, ADI TRF1 2010.00.2.014781-1 e ACP TRF1 30296-39.2011.4.01.3400.

Inicialmente, a empresa **Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A.** interpôs Recurso Inominado, rejeitado por esta Corte, nos termos da Decisão nº 945/2012 (fl. 630), e, posteriormente, Recurso de Revisão visando, em síntese, a declaração de perda de objeto da Representação nº 05/2011-MF, em virtude de sentença judicial de mérito proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (fls. 699/709).



A deliberação acerca da admissibilidade do citado recurso restou adiada em face de pedido de vista formulado pelo ilustre Conselheiro MANOEL DE ANDRADE (fl. 857).

Após a juntada do VOTO DE VISTA elaborado pelo ilustre Revisor, submeti o feito ao exame do Tribunal na Sessão Ordinária de 25/11/2014 (fls. 864/877).

Todavia, os autos foram retirados da pauta de julgamento antes da apreciação, tendo em conta a manifestação de desistência do Recurso de Revisão por parte da recorrente (fls. 878/879).

Assim, considerando essa nova situação processual, **DETERMINO**, preliminarmente, a remessa dos autos ao Ministério Público de Contas para pronunciamento acerca do pedido de desistência do Recurso de Revisão ofertado pela empresa **Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A.**

Brasília - DF, em 03 de março de 2015.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Presidente